

Contribuintes dão xeque-mate à máquina fiscal

Mesmo assim, as Finanças continuam a dizer pague primeiro, reclame depois e prove que tem razão

ORLANDO CASTRO

A Direcção-Geral dos Impostos realizou ontem, no Porto, uma sessão que teve por objectivo reflectir sobre o funcionamento da organização e a sua relação com os contribuintes.

Se, como ficou vincado no encontro, o que ali foi dito 'não for remetido para o caixote do lixo', a radiografia feita pelos contribuintes mostra de forma inequívoca uma organização que trata mal os clientes e que, por isso, merece um claro e consciente xeque-mate.

Depois das boas-vindas oficiais, os representantes da DGI saíram, e a sessão ficou a ser comandada pela empresa (privada) contratada para diagnosticar e apresentar a respectiva medicação - a Socio Sistemas.

Perto de 30 pessoas não



Por escrito, os presentes inundaram com críticas a mesa da empresa contratada para diagnosticar os problemas

"Fisco procura apenas estratégias de benefício próprio"

identificadas, na maioria técnicos oficiais de contas, começaram então a "partir a loiça" de modo a fornecer pistas, dados e "certidões de óbito" que permitam aquilatar do (mau) estado do enfermo.

A única regra imposta foi "vale tudo".

Saber a verdade
Porquê? Segundo Nelson Trindade, um dos três responsáveis da Socio Sistemas, porque "só assim se conseguirá saber com exactidão o que pensam e o que sentem os contribuintes".

Das muitas expressões utilizadas pelos participantes para retratar o estado actual da máquina fiscal, registem-se, entre muitas: "Ditadura total das Finanças", "Incompetência técnica", "burocracia levada aos limites", "falta de comunicação", "mau funcionamento das repartições", "desrespeito pelos contribuintes", "fiscais que ganham comissões" e "pagar primeiro e reclamar depois".

Assim, do ponto de vista dos contribuintes presentes, a maioria dos quais com visíveis conhecimentos técnicos da matéria,

o Ministério das Finanças "está tecnicamente falido e, para não declarar falência, recorre aos contribuintes para ser financiado, utilizando para esse efeito todos os métodos possíveis e imaginários, mas sempre impondo a estratégia do quero, posso e mando".

Críticas em força
Atentos, os responsáveis da Socio Sistemas registavam as opiniões, lançavam pistas e faziam o ponto da situação, muitas vezes em clara dificuldade provocada pelo rol das críticas.

Aliás, para além de um ou outro aspecto pontual, a maioria das opiniões crucificou a metodologia imposta pelo Ministério das Finanças.

"Ninguém de bom senso pode aceitar que, como agora acontece, o contribuinte seja considerado como culpado, até prova em contrário", disseram, unanimemente, os presentes.

E não o disseram de forma vaga ou pouco precisa, como certamente faria o comum dos contribuintes. Sendo técnicos deste ofício, exemplificaram uma vasta série de irregularidades

de que, "num esfado de Urfeiro" seriam, com certeza, consideradas verdadeiros crimes".

Em matéria de eventuais soluções, também inventariadas, os presentes entendem que as "Finanças deveriam ter uma acção pedagógica e preventiva, ao contrário do que hoje é praticado, pois não fazem nada para evitar a infração, esperando, antes, que ela aconteça para depois sacar umas massas".

Isto porque, dizem, "os fiscais só fazem, por regra, correcções quando elas significam mais dinheiro para o Estado".

Sugestões e soluções visam moralizar o sistema actual

Em matéria de terapêutica, os contribuintes presentes nesta louvável iniciativa da Direcção-Geral de Impostos, são mais cépticos. Não que não tenham possíveis medicações mas, sobretudo, por temerem que seja mais uma forma de "chover no molhado".

Uma das hipóteses aventadas neste encontro foi a criação de um "gestor fiscal" para grupos de empresas, ou por sectores,

pois não está a ser utilizada da forma mais racional, "desde logo porque os dados dos contribuintes são introduzidos sem cuidado, o que acarreta muitos erros e que leva a ter de ser o contribuinte a provar as falhas".

"A consulta, por parte dos contribuintes, da sua ficha fiscal facilitaria a correcção", referem.

Os presentes defenderam igualmente a regionalização dos serviços, adaptando-os às dife-

ribuintes. "Isto seria como um hospital só ter o seu serviço de urgência a funcionar num dia pré-determinado, o que obrigaria os portugueses a só poderem estar doentes nesse dia".

Embora reconheçam que, nas repartições de Finanças, o atendimento tem melhorado, os contribuintes pensam que, ao contrário, o conhecimento técnico tem piorado.

Reclamam, ainda, um atendi-

Tanta burocracia afasta cumpridores

O cidadão "X" tinha de pagar juros do IVA até ao dia "Y". Pegou num cheque, emitido em nome da Direcção-Geral do Tesouro, e enviou-o pelo correio para a Direcção-Geral dos Impostos, na Rua Miguel Bombarda, no Porto.

Dias depois foi-lhe devolvido o cheque, com a indicação de que deveria ser remetido na mesma para a DGI, mas para a Rua de Santa Catarina.

Outro caso. O cidadão "A" deve ao fisco 300 contos de IVA e tem, da mesma matéria, um crédito de 200 contos.

De facto, o cidadão "A" tem a pagar 100 contos (300 - 200).

Não. Nada disso. Paga os 300 e depois utilizará o crédito em futuras contas.

Pergunta inocente: "Não seria possível fazer o acerto de contas na DGI e só cobrar ao cidadão "A", os referidos 100 contos, sem exigir requerimentos e

res. Seria algo similar aos gestores de conta da banca. Seria, dizem, uma forma de facilitar o diálogo ('coisa hoje inexistente') e de garantir a seriedade do processo.

Também a informática aparece no topo das preocupações/solu-

rentes realidades fiscais, dado 'que o tecido social, económico, empresarial e fiscal de S. João da Madeira, por exemplo, é diferente do de Beja'.

Corroboram, aliás, que não faz sentido que a DGI estabeleça um dia para atender os con-

mento mais personalizado nas repartições de Finanças, de modo a evitar que um problema particular acabe por ser partilhado por todos quantos estão também à espera de ser atendidos e que, por regra, são sempre muitos.

Enquanto isso, o prazo de pagamento já foi ultrapassado e o cidadão 'X' terá de pagar mais alguns juros.

Pergunta inocente: 'Não poderia o serviço de Miguel Bombarda enviar o cheque para Santa Catarina?'

mais requerimentos para solicitar, ou rogar, a devida compensação?

'O Estado só descobre irregularidades quando elas jogam a seu favor', afirmou-se neste encontro do Porto.